

Estratégia como Ciência: A Discussão acerca das Competências Disciplinares no Campo da Segurança Internacional

Rafael Oliveira de Ávila¹

Resumo

O presente artigo visa abordar a evolução dos Estudos Estratégicos como um campo científico, que é teórica e metodologicamente divergente e dissociado dos chamados atualmente Estudos de Segurança – apesar da relação de interdependência substantiva entre eles. Exporemos o debate acerca da cientificidade do campo dos Estudos Estratégicos ao longo do século XX, destacando-se as contribuições de autores como Brodie (1949), Bull (1968), Betts (1997 e 2000), Chipman (1992), Baylis (2001), dentre outros. Em uma segunda seção, discutiremos a proposição de Richard Betts de separar os Estudos Estratégicos dos campos da Política, conforme a qual considera-se o uso de força, bem como da Ciência Militar, em termos de objetos de estudo, métodos de análise, teorias e competências no processo de tomada de decisão. Buscar-se-á mostrar nesta seção que os campos são interligados e interdependentes, mas que cada qual tem suas especificidades e competências próprias. Posteriormente apresentaremos o que é entendido, hoje, como o campo dos Estudos de Segurança – em suas duas correntes, chamadas de "tradicionalista" e "não-tradicionalista", esta última, representada pelo trabalho Buzan, Waever e Jaap (1998). Na seção posterior, serão expostas algumas críticas aos estudos contemporâneos de segurança, especialmente no que concerne ao abandono das preocupações com a questão central do uso e do potencial uso de força, e a não-definição dos papéis dos atores envolvidos – civis e militares – no campo. Deste modo, buscaremos demonstrar, por fim, os efeitos amplos que essa despreocupação com a questão da força e a não-definição dos papéis de civis e militares têm gerado, tanto para o campo de estudo em si como para as esferas de decisão que lidam com as questões de segurança. Apresentando e separando as diversas disciplinas, que hoje muito mais que colaboram do que disputam o objeto da segurança, definindo seus papéis e ainda discutindo competências nos processos de tomada de decisão, tentaremos contribuir para um melhor entendimento do que seja o próprio campo da Segurança Internacional.

Palavras-chave: Estudos Estratégicos; Estudos de Segurança; Competências Disciplinares

1. Competência Disciplinar dos Estudos Estratégicos

Um texto de Bernard Brodie de 1949 intitulado "*Strategy as a Science*" inaugura um debate acerca da seara dos Estudos Estratégicos enquanto campo científico e questiona a pouca participação dos

¹ Mestre em Engenharia de Produção/Estudos Estratégicos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). Professor do Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH) e Centro Universitário UNA.

civis no mesmo. Segundo Brodie (1949), havia uma invasão de esferas de competências, especialmente dos militares, no que concerne às decisões de alta política. O problema não estava somente no fato dos militares entrarem nas discussões acerca da política do Estado, algo que Brodie (1949) discordava fundamentalmente, mas na falta de percepção quanto ao seu próprio papel enquanto soldado bem como o papel de sua instituição no processo. Isso, na visão de Brodie (1949), refletia na própria definição acerca do que é Estratégia, muitas das vezes adjetivada erroneamente de "Estratégia Militar"². A proposta de Brodie (1949) era justamente separar competências, defendendo que os militares deveriam se restringir ao campo tático e não participarem ativamente das decisões na esfera política e estratégica.

Um campo como o dos Estudos Estratégicos, defendia Brodie (1949), era um campo científico como outro qualquer de modo que, como os demais, necessitava de pessoas que dedicassem sua vida à reflexão, à contemplação e ao estudo, algo que, segundo o autor, os militares rejeitavam. A proposta de Brodie (1949) era demonstrar que os princípios, algo comum no ensino militar, não poderiam substituir o estudo, a educação do espírito³. Seria necessário no estudo aplicação intelectual intensiva, rigorosa e prolongada. E essa demonstração leva ao ponto principal do artigo que era mostrar que "a estratégia não tem recebido o tratamento científico que merece não somente nos forças armadas ou, certamente, fora deles" [Brodie, 1949: 468].

Deste argumento Brodie (1949) tecia as considerações acerca das razões pelas quais o campo dos Estudos Estratégicos deveria ser um campo dominado fundamentalmente pelos civis e não pelos militares. Destacava-se:

1. A rejeição do soldado quanto à vida contemplativa, fundamental para o estudo científico;

² Para Brodie, "estratégia é devotada ao descobrimento de como os recursos de uma nação, materiais e humanos, podem ser desenvolvidos e utilizados com o fim de maximizar a efetividade total de uma nação na guerra" (1949:476). Portanto, estratégia não se limitaria somente à questão militar.

³ Jomini, em seu livro "*Précis de l'Art de la Guerre: Des Principales Combinaisons de la Stratégie, de la Grande Tactique et de la Politique Militaire*" propunha demonstrar os princípios universais da guerra, que caso compreendidos, levariam à vitória. Ver Proença Júnior, Diniz e Raza (1999).

2. O costume dos militares em substituir a reflexão e a educação do espírito, por máximas, doutrinas, jargões e princípios⁴ que se propõe ser representações da verdade quando não são⁵;

3. A preferência militar pela experiência, desvalorizando grande parte do conhecimento não produzido pela prática⁶.

Estas considerações geravam a necessidade de se incentivar cada vez mais a participação civil no debate acerca da estratégia enquanto campo científico e enquanto instrumento da política do Estado⁷. Brodie (1949) buscava uma definição do que seja a estratégia incorporando elementos teóricos e metodológicos de outros campos científicos, destacando-se a economia.

⁴ Princípios, jargões, máximas tem sua utilidade, na visão de Brodie (1949), porque unificam a linguagem e criam um padrão cognitivo comum. Porém, segundo Brodie (1949), isso não deve substituir o próprio processo da reflexão e análise. Muitas das vezes os jargões e princípios geram rigidez de pensamento. Além do que, para Brodie (1949), reduzir o fenômeno da guerra a determinadas proposições simples e simplistas, envolve arbitrariedade. De fato, esta discussão não é nova no campo, Clausewitz (1993), já no Século XVIII, é proponente dessa visão. Em sua obra ele afirma que “teoria deve ser análise e não doutrina” (II:2:163).

⁵ Segundo Proença Júnior, Diniz e Raza (1999) grande parte dessa herança militar de se propor princípios universais acerca da guerra se deveu a um dos próprios fundadores do campo e proponentes dos estudos teóricos acerca da guerra, Jomini. Este autor propôs em “*Precis a La art de la Guerre*” o estabelecimento de princípios gerais acerca da condução da guerra de forma que ele possibilitou, se não incentivou, a usurpação e distorção de alguns desses próprios princípios. Um exemplo de inadequação de um princípio apresentado pelo próprio Brodie (1949) era o encontrado em um manual de doutrina militar canadense acerca do conceito economia de esforço. No manual, economia de esforço “implica um emprego de força *balanceado*, é uma expedição *judiciosa* de todos os recursos com o objetivo de atingir uma concentração *efetiva* no tempo e no local *decisivos*”. Como Brodie (1949) aponta, termos tais como “expedição judiciosa” e “concentração efetiva” não auxiliam na determinação do que seja realmente economia de esforço.

⁶ Brodie (1949), ele mesmo, apresenta limites para a questão da prática. Destacam-se: 1) o problema de se apoiar exclusivamente no passado é que as coisas podem mudar de uma guerra para a outra; 2) existem questões práticas e questões teóricas que se influenciam mutuamente e afetam as decisões acerca dos rumos da guerra; 3) lições podem não ser auto-evidentes, o que leva a percepção de que a mente deve estar preparada para a análise. Ver ainda a discussão acerca da relação entre Teoria e Prática em Dunnigan (2003).

⁷ Destaca-se que os Estudos Estratégicos não são limitados à lógica estatocêntrica ainda que muitas das vezes busque resolver os problemas daquele que tem, por definição, o monopólio legítimo de uso de força, o Estado. Os Estudos Estratégicos lidam fundamentalmente com as dinâmicas políticas cujo cerne é a questão do uso da força, neste texto entendidas como fenômeno bélico, sejam estes atrelados às dinâmicas militares propriamente ditas ou às questões de segurança pública.

Para o autor, na determinação da política de segurança os meios econômicos e a utilização dos recursos com eficiência são atributos muito mais dos economistas que do militares. Por isso, Brodie (1949) acredita que a estratégia deve se pautar em cálculos custo/benefício, incorporando-se na formulação estratégica a lógica econômica de utilidade marginal e o “princípio do dano menor”, ou seja, todas as coisas sendo iguais seleciona-se aquelas que podem produzir menor dano.

O fato é que ele propunha que aos militares caberia tão somente a execução dos planos de campanha elaborados pelos estrategistas civis em consonância com os interesses da burocracia estatal. No máximo, segundo o autor, os militares poderiam auxiliar na elaboração do orçamento de defesa do Estado.

A continuidade do debate desta questão viria em 1968 quando Hedley Bull escreveu “*Strategic Studies and Its Critics*”. O artigo de Bull se destaca por trazer à tona o debate acerca do conceito de estratégia, discordando da adjetivação “militar” na concepção tradicional. Se, como Brodie (1949) havia colocado, a estratégia deveria ser um campo predominantemente civil seria um equívoco adjetivar estratégia com o termo militar.

Como ponto de partida Bull (1968) defendia que o campo dos Estudos Estratégicos não era mais um campo concentrado exclusivamente na condução da guerra. De fato, assim como propusera Brodie (1949), ele seria instrumento da política no caso de ameaça de guerra, mas incorporaria alguns outros elementos tais como deterrência, “administração de crise”, “manipulação do risco compartilhado”, “chantagem”, ou seja, aspectos vinculados ao próprio processo político em que o uso de força é inerente⁸. Também, Bull (1968) apontava que este não seria mais um campo exclusivamente militar. Seria sim um campo da educação e instrução, da ciência e, por conseguinte, de preponderância civil. O autor postulava ainda que os Estudos Estratégicos seria um campo de caráter abstrato e especulativo e não somente voltado à prática militar em si, por isso, seria um campo de alta sofisticação e qualidade técnica. Por fim, Bull (1968) defendia que o campo dos

⁸ Bull (1968) está tratando, assim como o fez Schelling (1968) ao discutir a questão da força e sua relação com a política (este último em duas obras – *Strategy of Conflict* e *Arms and Influence*), de um tipo específico de política em que o uso de força é inerente ainda que latente ao processo.

Estudos Estratégicos não se separaria da política internacional. Os Estudos Estratégicos seriam então parte do campo da política e, portanto, da política internacional⁹.

Bull (1968) apresenta uma série de críticas endereçadas aos estrategistas e, por conseguinte, ao próprio campo dos Estudos Estratégicos. Algumas destas críticas são comuns também aos teóricos realistas de Relações Internacionais. De fato, a existência de críticas comuns muitas das vezes induzem ao entendimento de que os estrategistas são, na política internacional, realistas¹⁰. Ainda que sejam duas áreas de estudos que se influenciam mutuamente, elas não são a mesma coisa.

Dentre as críticas apresentadas ao campo por Bull (1968), e que tem pertinência para a separação de competências entre os campos da estratégia, das relações internacionais e da segurança, destacam-se:

1) Estrategistas deixam em suas análises as considerações morais de lado¹¹. A questão é que os estudos estratégicos auxiliam no processo de tomada de decisão do político mas, fundamentalmente as decisões políticas não somente levam em consideração as questões de estratégia. Há um peso moral certamente, mas a moral reside substancialmente nas decisões políticas e ao estrategista cabe somente o aconselhamento acerca de uma série de cursos de ação a se tomar. Os estrategistas sendo conselheiros estão subordinados à esfera política. O contrário, ou seja, não levar

⁹ Nessa mesma linha de pensamento se destaca o artigo *"The Future of Strategic Studies, Beyond Even Grand Strategy"* de John Chipman (1992) em que o autor discute fundamentalmente as contribuições que os estudos estratégicos trouxeram para as Relações Internacionais e vice-versa. Porém, como ressalta Chipman (1992), não há uma clara distinção do que é objeto de cada campo pois não há uma delimitação do que seja competência do analistas de relações internacionais, do estrategistas e do estudioso de segurança.

¹⁰ Como bem ressalta Betts (1997), estrategistas e realistas partilharam algumas preocupações comuns ao longo do Século XX. As preocupações dos estrategistas muitas das vezes se imiscuiram com as preocupações dos analistas de política internacional. Se nos anos 1930 e meados dos anos 1940s a grande questão era a guerra convencional, especialmente em virtude das duas grandes guerras mundiais, nos anos 1950 e 1960 os grandes temas no campo da estratégia eram as insurgências e a guerra nuclear. Na arena da alta política os mesmos temas eram tratados pelos formuladores de política, especialmente os destacados para lidar com as questões de segurança.

¹¹ Crítica comum também aos realistas especialmente a partir da proposição de Morgenthau, em *"Politics among Nations"*, de 1948, de que nas Relações Internacionais haveria uma moral própria distinta da moral do indivíduos e das sociedades.

em conta os cálculos racionais e amorais de custo/benefício diminuiria a gama das alternativas disponíveis à decisão da esfera política no caso de uma guerra.

2) O pensamento dos estrategistas está limitado às políticas vinculadas ao uso de força¹². São criticados, portanto, por não pensar políticas alternativas. Como ressalta Bull (1968) é preciso separar competências, ou seja, o que cabe aos estrategistas, o que cabe aos decisores políticos e analistas de Relações Internacionais e o que cabe aos militares. Estrategistas não podem usurpar a função do tomador de decisão política na escolha de qualquer alternativa de ação, seja esta política que tem em seu centro a questão do uso de força ou não. De fato, aos estrategistas cabe somente o aconselhamento em relação às primeiras, as políticas que não consideram o uso de força não fazem parte da competência dos estudos estratégicos.

2. A contribuição de Betts para a determinação da matriz de competência disciplinar dos Estudos Estratégicos

Dois outros artigos, ambos de autoria de Richard Betts, se destacam por propor delimitar o campo dos Estudos Estratégicos bem como por buscar auferir o papel dos diversos atores envolvidos nos processos que vão do estudo até a tomada de decisão quando a questão seria de uso de força para fins políticos determinados. Estes artigos são “*Should Strategic Studies Survive?*” e “*Is Strategy an Illusion*”, de 1997 e 2000 respectivamente. Betts discute o papel dos Estudos Estratégicos num mundo Pós-Guerra Fria e também propõe uma matriz disciplinar que, ao mesmo tempo que delimita conteúdos abordados por cada disciplina [Ciência Militar, Estudos Estratégicos e Política], define papéis sociais, acadêmicos e competências no âmbito do processo de tomada de decisões nas questões referentes à segurança.

¹² Baylis (2001) apresenta a mesma crítica aos estudiosos de estratégia. Para o autor, estas críticas seriam as razões pelas quais os estudos estratégicos poderiam ser substituídos pelos estudos de segurança não fosse o fato de não haver uma definição de segurança se não aquela derivada da própria percepção dos estudos estratégicos e pelo fato dos estudos de segurança terem se tornado algo tão elástico que tem perdido seu sentido. Baylis acrescenta ainda como críticas a) a obsessão com o conflito e com a questão do uso de força; b) os Estudos Estratégicos serem parte do problema e não da solução, justamente se ligando à percepção realista das Relações Internacionais e; c) a limitação estatocêntrica de sua abordagem. Em relação a esta última crítica pode-se dizer que o campo dos estudos estratégicos tem como objeto as questões do uso de força para fins políticos determinados sejam eles centrados ou não no ator estatal.

O grande debate, segundo Betts (1997), no período Pós-Guerra Fria seria a discussão acerca da necessidade dos Estudos Estratégicos. Este campo estaria fadado à extinção? Suas respostas são conclusivas e giram em torno das seguintes lógicas: 1. enquanto houvesse cientistas dedicando-se à temática, independente das motivações por detrás disso, não haveria esta extinção¹³; 2. enquanto houvesse problemas práticos relacionados às questões concernentes ao uso de força, seja no âmbito doméstico, seja no âmbito internacional, os Estudos Estratégicos figurariam como importante disciplina para lidar com tais questões; 3. enquanto houvesse uma parte da burocracia estatal associada diretamente às questões de segurança e de uso de força, sejam as forças policiais seja a própria força armada, não haveria razão para a extinção desta disciplina ou de suas disciplinas associadas e, por fim; 4. enquanto houvesse amplos interesses financeiros, especialmente no que se refere à indústria bélica, o campo permanece com fôlego. Desta forma, a extinção do mesmo seria algo impensável mesmo com o surgimento de dinâmicas internacionais que apontam para escolhas políticas menos direcionadas ao uso de força no Pós-Guerra Fria.

Betts (1997), todavia, alerta para o problema referente ao campo dos Estudos Estratégicos muitas vezes perder de vista a dimensão política da questão e focar-se fundamentalmente nas questões exclusivamente militares. Haveria, segundo este autor, uma tendência aos estudos se concentrarem mais nas dimensões táticas e operacionais do que nas questões políticas propriamente ditas¹⁴. Fato é que o campo dos Estudos Estratégicos estaria vinculado ao campo das Relações Internacionais que tradicionalmente focava seu estudo acerca da guerra em dois momentos específicos – antecedentes e resultados da guerra. Isso, para Betts (1997), era extremamente problemático pois,

¹³ Nos anos 1990 o mundo experimentou uma certa paz e isso levou à crença momentânea de que a dinâmica das Relações Internacionais mudariam a partir de então. A coalizão multilateral contra Sadam Hussein em 1990/91, o fim da União Soviética, a consolidação da União Européia são alguns exemplos que davam indícios que as instituições internacionais funcionariam, que os mecanismos de segurança coletiva seriam ampliados e que as questões econômico-financeiras sobrepujariam às dinâmicas conflitivas e belicistas. Nos anos 2000, especialmente a partir do episódio do 11 de setembro, da invasão do Afeganistão e da Guerra no Iraque, o que se vê é que a dinâmica das Relações Internacionais continua igual. Os estudos estratégicos e os estudos de segurança vêm ganhando força e novas temáticas como terrorismo em escala global, conflitos étnicos, identitários e religiosos, e antigas temáticas, como armas de destruição em massa, aparecem nos debates da agenda. Em relação às novas temáticas de segurança no Pós-Guerra Fria ver Terriff et al (1999) “*Security Studies Today*”.

¹⁴ Segundo a Teoria da Guerra de Clausewitz não há a dimensão operacional na guerra. Portanto, o fenômeno bélico seria composto das dimensões política, tática e estratégica. A dimensão operacional viria para preencher dinâmicas institucionais específicas das próprias forças armadas (Diniz e Proença Júnior: 2006: 07).

sem entender os desdobramentos da guerra em si, não havia como entender as dinâmicas que levariam a determinados resultados. Por isso, o campo de Estudos Estratégicos complementaria o estudo dos analistas internacionais quando se trata da guerra.

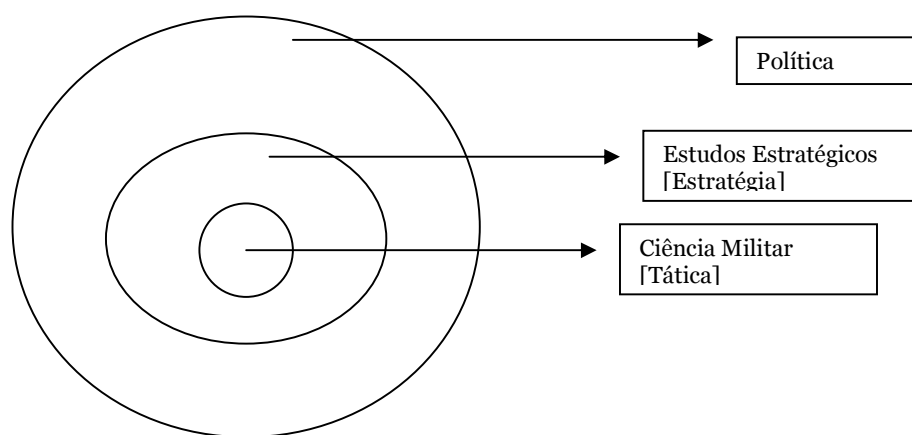
O campo dos Estudos Estratégicos e o campo das Relações Internacionais muitas das vezes compartilham, como dito anteriormente, uma *história externa* comum¹⁵. Algumas temáticas e algumas interpretações se misturam de forma que é difícil determinar quando se está na esfera de competência do analista de relações internacionais, do analista de segurança internacional ou do estrategista. De fato, o artigo de Betts propõe separar estas esferas de competência buscando clarificar quem pertence a que campo e de que forma.

No mundo Pós-Guerra Fria as temáticas dominantes, segundo Betts (1997), são causas da guerra e da paz; os efeitos na distribuição geral de poder nas relações internacionais; influências econômicas e ideológicas nas relações de cooperação e conflito; os nacionalismos Pós-Guerra Fria; impacto do fenômeno religioso na dinâmica internacional; polaridade do Sistema Internacional. Segundo Betts

¹⁵ O foco de preocupação e ação dos cientistas, o progresso da Ciência, se encontra contido, segundo Lakatos (1978), em Programas de Pesquisa Científicos. Estes são o conjunto de atividades de investigação que resultam da assunção de uma determinada teoria como explicativa de um conjunto de fenômenos. Um Programa de Pesquisa Científico é um empreendimento histórico concreto, em que sucessivas versões das teorias que o integram competem na busca de soluções explicativas ou preditivas a problemas lógicos ou empíricos de sua viabilidade. Como expõe o autor, todo Programa de Pesquisa Científico portanto, contém um *núcleo duro* irrefutável, registra um conjunto de *anomalias* inexplicadas, e opera o teste de hipóteses periféricas. Sua lógica de atuação é determinada, portanto, por uma *heurística negativa* – não buscar refutar o núcleo duro; e por uma *heurística positiva* – a busca de aplicação, comprovação ou refutação das hipóteses periféricas, a incorporação e previsão, por reconcepção destas hipóteses, de fatos novos, que podem vir a explicar, e portanto resolver e incorporar uma anomalia. A normatividade lakatiana ou lakatosiana permite aferir o estágio relativo de teorias ou Programas de Pesquisa Científicos por um processo comparativo, e interativo, de sua capacidade de produção de *conteúdos empíricos excedentes* – isto é, não apenas a explicação de fatos, mas a incorporação de fatos novos. Quando um Programa de Pesquisa Científico segue apresentando resultados cujo saldo é positivo em termos de resultados empíricos excedentes, diz-se que ele é um Programa de Pesquisa Científico progressivo. Quando, ao contrário, um Programa de Pesquisa Científico só encontra solução para novos fatos *a posteriori*, como anomalias ou pela formulação de hipóteses *ad hoc*, diz-se que ele é um Programa de Pesquisa Científico degenerescente. Este enquadramento permite ainda clarificar o que sejam os critérios para a historicização da ciência, ou sejam, dos Programas de Pesquisa Científicos. Assim, se distinguem, pelo critério da progressividade, o que corresponde aos elementos de *história interna*, que correspondem a reconstrução racional da dinâmica interna a um Programa de Pesquisa Científico, isto é, a sucessão de questionamentos, reconcepções, sucessos e anomalias que resultam da operação de suas hipóteses periféricas. Quando estes elementos não são suficientes para dar conta da trajetória sob estudo, aí se podem recorrer aos elementos que correspondem a todos os outros impactos, efeitos e influências nascidos do contexto social em que esta história, necessariamente, tem lugar – os elementos de sua *história externa*.

(1997), os "Estudos de Segurança" abarcariam na atualidade: diplomacia; formação de políticas; mobilização econômica e social; inovações científicas; controle de armamentos; terrorismo; meio ambiente. De fato, a proposta de Betts (1997), dada a ampla gama de temáticas acima exposta, é que o campo retorne ao domínio das Relações Internacionais pois está muito amplo e desfocado. Para isso Betts propõe a seguinte matriz de divisão de campos:

Figura 01¹⁶



Na centralidade do esquema acima exposto estaria a Ciência Militar, que inclui o estudo das considerações táticas bem como da própria história militar. Na extremidade estaria o campo da Política, obviamente a política que tem a questão do uso ou potencial uso de força em seu centro. Os Estudos Estratégicos seriam justamente o campo que faria o elo entre os campos da política e da ciência militar¹⁷.

Este esquema auxilia, portanto, na determinação do que é objeto de preocupação para cada uma dessas disciplinas. Os processos de tomadas de decisão cuja questão central é o uso ou potencial uso de força são de competência da política¹⁸. As dinâmicas concernentes às questões dos meios de

¹⁶ Fonte: Betts, 1997: 03

¹⁷ Como apresentado na nota 13 Clausewitz postula que o fenômeno da guerra é composto de três elementos, o político, o tático e o estratégico. Estes três elementos são o objeto de preocupação dos três campos científicos apresentados por Betts, o campo da política, o campo da ciência militar e o campo dos Estudos Estratégicos, respectivamente.

¹⁸ A política apresentada na faixa mais externa do esquema se limita à política cuja preocupação central é o uso ou potencial uso de força. O campo da política, todavia, abarca mais questões que essas de modo que este esquema se refere à gama das denominadas políticas de segurança.

força disponíveis e, Clausewitziana, *ao uso de força para os propósitos do enfrentamento* são de competência da ciência militar. Os processos e as dinâmicas de interação entre o que se quer obter por meio do uso de força (política) com o que se tem disponível em termos de força (tática) são de competência da estratégia.

Este esquema auxilia ainda na separação de competências no processo de tomada de decisão quando a questão envolve uso ou potencial uso de força. Segundo Betts (1997), o campo da Política determinaria os fins políticos e pelos quais o uso de força passa a ser considerado. O campo da Ciência Militar, que está associado aos meios, de domínio dos militares, seria responsável pela determinação dos instrumentos táticos possíveis para que os desígnios da política sejam cumpridos. O campo da Estratégia é aquele que articularia, portanto, fins e meios.

Ainda que de forma imperfeita o esquema de Betts (1997) estaria em consonância com a proposta teórica de Clausewitz acerca das dimensões da guerra: política, tática e estratégia¹⁹. Segundo Clausewitz, Política é entendida como aquilo que se refere às considerações e decisões relativas ao meio guerra para os propósitos políticos, isto é, que *guerras* travar ou não e como usar da guerra para viabilizar o atingimento de um – ou mais de um – determinado *objetivo político* (VIII:5:B:731)²⁰. Tática, em Clausewitz (II:1:146), seria as considerações e decisões relativas ao emprego do meio *forças* – físicas e morais – para o propósito do enfrentamento. Estratégia seria as considerações e decisões relativas ao emprego do meio enfrentamentos para a produção dos propósitos específicos de uma determinada *guerra* (II:1:146).

O problema reside no aparecimento do campo da segurança ou mais especificamente o campo da segurança internacional. Ressalta-se novamente que os denominados Estudos de Segurança abarcaria, segundo Betts (1997) a diplomacia; a formação de políticas; a mobilização econômica e social; as inovações científicas; o controle de armamentos; o terrorismo; o meio ambiente dentre

¹⁹ É uma representação imperfeita pois Clausewitz considera que não haveria uma hierarquia rígida em termos de importância entre as 3 dimensões mesmo que a política é quem determinaria o que se quer obter por meio da força. De fato, Clausewitz propõe que elas seriam dimensões interdependentes de um único fenômeno.

²⁰ As citações de Clausewitz são estruturadas da seguinte forma: em romano refere-se ao livro, que na obra de Clausewitz são oito; em arábico refere-se ao capítulo; em letras refere-se as seções. Portanto, VIII:5:B, significa que o trecho foi extraído da seção B do capítulo cinco do livro oito.

outros. A amplitude dessas temáticas não encerra os objetos que são preocupações tipicamente de segurança e nem consegue separar o que é da esfera de competência da política, da tática e da estratégia. Questões de segurança e de não segurança podem estar inseridas numa mesma temática (O meio ambiente, por exemplo, pode abarcar questões que envolvam preocupações de segurança como o caso de uma disputa internacional por algum recurso hídrico como também pode envolver estudos cuja única preocupação é técnica e científica e se restringe ao campo da Biologia).

Aquilo que Betts (1997) aponta como campo de Segurança perpassa atualmente diversas áreas de estudo de forma que se torna extremamente difícil encontrar pontos de convergência, sejam teóricos, sejam metodológicos e que possibilitem um mínimo de diálogo ou ainda que possibilitem um confronto *lakatosiano*²¹.

Os Estudos Estratégicos, entendido como campo de ligação entre as esferas política e tática na proposição de Betts (2000), necessitaria de estudiosos que entendessem as dinâmicas relativas ao meio força para emprego nos enfrentamentos ao mesmo tempo que conhecimentos acerca das dinâmicas relativas ao meio guerra para os propósitos da política. Desta forma, os Estudos Estratégicos nunca poderiam ser desvinculados da dimensão tática – ainda que esta arena de conhecimento seja de domínio dos militares – e não teriam o menor propósito se não estivessem subordinados aos desígnios da dimensão política – onde o estrategista atuaria no máximo como assessor e/ou consultor da autoridade política.

O limite do papel do estrategista é estabelecido a partir daí, ou seja, dada a disponibilidade de meios de ação, limites táticos e operacionais (como dizem os militares), e os desígnios do decisor político,

²¹ É importante perceber que toda esta discussão se dá diante dos requisitos básicos de discussão. Segundo Lakatos (1978) não é qualquer formulação que pode ser tomada como uma teoria rival. Ela precisa atender os requisitos da lógica, da consistência interna e de capacidade de apresentar algum conteúdo empírico. Para Lakatos (1978), uma formulação que defina seu núcleo duro de forma tautológica, ou que não tenha posição validável quanto aos requisitos de sua 'base empírica', ou que trate a todos os resultados empíricos como anomalias ou que formule todas as suas hipóteses periféricas como soluções *ad hoc a posteriori* não atende ao mínimo que se exige para que seja tomada como uma "teoria rival". O debate acerca de segurança, por não ter bases teóricas ou metodológicas minimamente comuns, não permite ainda uma discussão nos termos lakatosianos.

o estrategista apresenta uma ampla gama de alternativas para o processo de tomada de decisão deste último²².

Baylis (2001) em seu artigo "*The Continuing Relevance of Strategic Studies in the Post-Cold War Era*" discute que o sub-campo dos Estudos Estratégicos poderia estar em declínio com o fim da Guerra Fria. Também estaria em declínio a utilidade do uso de força que gradualmente viria sendo substituída pelas preocupações com segurança - mais os aspectos políticos, sociais, econômicos e ambientais que propriamente militares. Para Baylis (2001), a continuidade da relevância dos estudos estratégicos dependeria de algumas questões. Uma delas seria em relação à própria natureza do objeto.

As noções tradicionais do objeto, para Baylis (2001), se referem à relação entre objetivos da guerra e forças militares. A concepção contemporânea de estratégia, na visão do autor, seria a aplicação do poder militar para alcançar os objetivos políticos ou ainda a teoria e a prática do uso e ameaça de uso de força organizada para propósitos políticos. Baylis (2001), deste modo, corrobora a concepção de Betts (1997) que a política e a estratégia são indissociados. Segundo Baylis (2001), após o artigo de Brodie de 1949 houve um aumento significativo no número de civis lidando com o estudo e a prática da estratégia. Todavia, no decorrer dos anos 1980, muitos estrategistas estavam deixando o entendimento dos aspectos militares de fora de suas análises e teorização. Em compensação, como aponta Betts (1997), os militares, especialmente nos EUA, tentaram reganhar o campo nos anos 1980 justamente por meio do estudo.

O revigoramento intelectual das academias militares e a despreocupação com os aspectos militares nas análises e teorizações dos civis poderiam significar o declínio da participação dos civis no campo dos estudos estratégicos, sendo novamente substituídos pelos próprios militares. Os

²² Segundo Betts (2000), remetendo a Brodie (1949), a pergunta chave do estrategista é: "Essa idéia irá funcionar?". Optando pela simplicidade, entendendo que a estratégia é limitada e impactada por interesses materiais, calculando custo e benefício dos cursos de ação alternativos, o papel dos estrategistas como aconselhador está estabelecido. Estratégia, segundo Betts (2000), é um cálculo em que se avalia o risco (acaso), de forma a fazer prospectivas. Chipman (1992) por sua vez acredita que a distribuição e emprego das forças militares deve ser a maior preocupação dos estrategistas percebendo que são os fatores políticos, sociais e econômicos que permitem ou constroem a decisão de se usar de força.

denominados estudos de segurança, neste sentido, padeceriam do mesmo problema dos estudos estratégicos contemporaneamente, ou seja, as análises e teorizações carecem de um entendimento mais profundo acerca dos aspectos militares, teóricos ou práticos. Por conseguinte, tanto os estudos estratégicos (sem este entendimento acerca dos aspectos militares propriamente ditos) e os estudos de segurança são seriam nada mais que discussões de política internacional e, por isso, ou deveriam desaparecer ou ser incorporados integralmente neste campo. Ou seja, sem compreender as dinâmicas militares e incorporar isso em suas análises não haveria nada que os estrategistas ou os teóricos de segurança poderiam fazer que um analista de política internacional não poderia. Sem entender os meios disponíveis e como eles são empregados, a análise se torna mera especulação entre alternativas muitas das vezes inviáveis.

3. Competência Disciplinar dos Estudos de Segurança

Buzan, Waever e Wilde (1998) são proponentes da discussão acerca da competência disciplinar dos Estudos de Segurança. Os autores questionam as considerações de segurança entendidas pela chamada vertente “tradicionalista” que segundo eles focam-se exclusivamente nas questões militares e na figura do ator estatal. “Argumentamos contra a visão que o *core* dos estudos de segurança são a guerra e a força e que outros assuntos são relevantes se relacionados com a guerra e a força”ⁱ (Buzan, Waever e Wilde: 1998:04) Segundo os autores, “segurança é sobre sobrevivência” (idem), ou seja, é quando um assunto é apresentado como sofrendo uma ameaça existencial para um designado objeto de referência e necessita de uma ação emergencial para conter esta ameaça (Buzan, Waever e Wilde: 1998:21).

Buzan, Waever e Wilde (1998) rejeitam a concepção de que os problemas de segurança estão restritos a um ou dois setores: o militar e o político. Para Buzan, Waever e Wilde (1998) a segurança deve ser vista de modo mais abrangente e deve, portanto, incorporar temáticas que não aquelas restritas à gama das tradicionais *High Politics* do Estado. De fato, segundo os autores, diversos temas que antes eram considerados como *Low Politics*, passam a integrar uma agenda

internacional no nível de *High Politics*²³. Problemas de segurança são aqueles que necessitam de medidas emergenciais para cessá-los.

Os autores apresentam a diferença entre os “tradicionalistas” e eles próprios como sendo uma espécie de choque entre os primeiros, de visão estreita (*narrow*) e os últimos, de visão ampliada (*wide*). A visão ampliada baseia-se na segurança como um fenômeno complexo e multi-facetado que não se limita à soluções prontas e iguais, ou seja, cada situação teria uma resposta diferenciada de acordo com o grau de securitização que ela alcança²⁴.

Ademais, o que a visão abrangente propõem ainda é o entendimento de que as questões de segurança envolvem diferentes níveis de análise e, dependendo de qual nível de análise, o fenômeno vai ser tratado de maneira distinta²⁵. Para Buzan, Waever e Wilde (1998), além dos diferentes níveis de análise, o fenômeno de segurança pode ser abordado por diferentes tipos de setores que envolvem distintos tipos de atores²⁶.

²³ Dentre os temas que adquiriram *status* de preocupações de *High Politics* destaca-se o meio ambiente, o qual ganhou um setor próprio na concepção de Buzan, Waever e Wilde (1998).

²⁴ *Securitização* é um processo onde um determinado assunto migra da agenda de *Low Politics* para a temática de segurança na agenda de *High Politics*. Se houvesse uma transposição somente de um tema da agenda de *low* para a agenda de *high politics* este processo seria denominado de politização. *Securitização* normalmente envolve uma mudança de discurso, ou seja, determinados atores que se interessam por certa situação propiciam um discurso favorável ao aumento da importância de um tema na agenda e este tema entra na gama dos assuntos de segurança. Esta situação, portanto, começa a ser percebida como um problema de segurança.

²⁵ Entre os níveis de análise se encontram: 1) o nível *individual*; 2) o nível das *subunidades*; 3) o nível das *unidades*; 4) o nível dos *subsistemas internacionais* e; 5) o nível dos *sistemas internacionais* (Buzan et al: 1998: 05-07)

²⁶ Buzan et al (1998) acredita que a percepção “tradicional” de segurança limita-se à delimitação dos problemas de segurança aos setores político e militar. Os autores defendem a existência de cinco e não de dois setores, sendo estes: o setor militar, o setor ambiental, o setor econômico, o setor societal e o setor político. No setor militar, que lida com as questões da coerção, o objeto de referência é o Estado; este considera todas as questões militares como instâncias de segurança. Além disso, no âmbito internacional, questões de intervenção humanitária e de paz são preocupações de segurança. No setor societal, que lida com as questões de identidade coletiva, as ameaças existenciais são definidas em termos de princípios, ideologias de um Estado, ou seja, tudo aquilo que questiona o reconhecimento, legitimidade ou autoridade governamental. No setor econômico, que lida com as relações de troca, produção e finanças, segundo os autores o setor mais difícil de se determinar a ameaça, estas ameaças girariam em torno dos problemas e processos de falência bem como as legislações que modificam regras que tornam as empresas ilegais. No setor ambiental, que lida com as questões da relação entre seres humanos e a biosfera planetária, os objetos de referência se inserem em uma ampla gama de problemas que vão da sobrevivência de algumas espécies até a manutenção do clima e da biosfera. No setor político, que lida com as

Esta separação em setores auxiliaria na análise do problema de segurança pois, segundo os autores, limitaria o número de variáveis em jogo (Buzan: 1998: 08). Porém, como eles mesmo ressaltam, a complexidade do fenômeno de segurança faz com que estes setores sejam de certa forma inseparáveis (*idem*).

Buzan, Waever e Wilde (1998) propõem ainda a regionalização do problema da segurança. Segundo os autores, a maioria dos problemas de segurança se limitam a determinadas regiões, até porque, para eles, quanto mais próximos geograficamente os atores mais as dinâmicas de segurança de um afetam os outros. Os autores, ressalta-se, não estão seguindo a clássica distinção rígida entre ambiente doméstico e internacional, o que eles buscam mostrar é que a segurança internacional tem uma agenda distintiva. A segurança deve ser pensada em uma *região de segurança*²⁷ e não somente na clássica noção de *complexos de segurança*²⁸. Regiões de segurança para os autores reafirmam a questão da interdependência entre as unidades. Para Buzan, Waever e Wilde (1998), a interdependência em termos de segurança é mais intensa entre Estados inseridos nestes complexos que fora deles.

A proposta dos autores, portanto, é ampliar a noção de *complexos de segurança* incorporando, em primeiro lugar, a noção das *regiões de segurança* e ainda os setores dentro destes. Isso permitiria a separação dos complexos de segurança em: a) *complexos homogêneos*, que seriam focados em setores específicos e compostos por formas de interações específicas entre unidades semelhantes e; b) *complexos heterogêneos*, que integrariam diferentes tipos de atores através de dois ou mais

questões acerca da autoridade, *status* governamental e reconhecimento, as questões de segurança se focam nos problemas relativos à autoridade.

²⁷ *Regiões de Segurança* têm as seguintes características: 1) são compostas por dois ou mais Estados; 2) os Estados constituem um grupo geograficamente coerente; 3) as relações entre os Estados é marcado pela interdependência em termos de segurança – mais forte entre eles que com aqueles Estados que estão fora; 4) os padrões de interdependência em termos de segurança tem que ser profundas e duráveis ainda que não permanentes (Buzan *et al*: 1998:15).

²⁸ *Complexos de Segurança* são definidos “como uma série de Estados cujas percepções majoritárias de segurança e preocupações são tão interligadas que os problemas de segurança nacional não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos sem se levar em consideração um ao outro” (Buzan *et al*: 1998:12). Complexos de segurança, segundo os autores, são anarquias em miniatura e possuem três componentes estruturais centrais: 1) o arranjo das unidades e a diferenciação entre elas; 2) os padrões de amizade e inimizade; 3) a distribuição de poder entre as principais unidades (*op. cit*)

setores. Obviamente, a opção de Buzan, Waever e Wilde (1998) seria por este segundo tipo de complexo.

A segunda contribuição dos atores para se ampliar a percepção clássica do complexo de segurança se dá na incorporação explícita da abordagem construtivista para entender os processos pelas quais alguns assuntos são securitizados (Buzan, Waever e Wilde:1998:19). Ou seja, a *ameaça existencial*, segundo os autores, elemento que define uma questão de segurança, deve ser entendida *objetiva* (há uma ameaça real) e *subjetivamente* (há uma ameaça percebida) (Wolfers *apud* Buzan, Waever e Wilde: 1998:30). Neste sentido, a questão de segurança perpassa a noção do “real” para se inserir também na noção de percepção quanto à existência da ameaça de segurança pelos atores envolvidos. Por isso, segurança passa a ser uma realidade construída por meio do discurso. Seria uma qualidade social, uma parte do discurso, socialmente constituída, do reino intersubjetivo (Buzan, Waever e Wilde: 1998: 31).

O papel do analista de segurança, então, é menos determinar se algo é problema de segurança real e sim interpretar as ações do ator político de modo a determinar se isto é ou não uma questão de segurança. Desta forma, para os autores, é o político que determina se o que o analista está lidando é uma questão de segurança ou não (Buzan, Waever e Wilde: 1998: 34)²⁹.

4. A separação de competências entre os campos de Estudos Estratégicos, Estudos de Segurança e Política

Como exposto na seção 1, Clausewitz postulava que todo e qualquer fenômeno bélico, ou seja, aquele que tem em seu centro o uso ou potencial uso de força para atingir objetivos políticos determinados, é parte integral da dimensão política (VIII:5:B). Em sua teoria, a dimensão política é associada inteiramente às dimensões tática e estratégica (II:1). Clausewitz pontua, portanto, que os

²⁹ A partir da determinação de algo como sendo um problema de segurança o analista tem que ter em mente os seguintes elementos para análise: a) quem são os *objetos de referência* ou *objetos referentes*, ou seja, coisas que estão sendo existencialmente ameaçadas e que portanto tem legitimidade para clamar por sobrevivência; b) quem são os *atores de segurança* ou *atores de securitização*, ou seja, atores que securitizam assuntos declarando que algo está sendo existencialmente ameaçado e; c) quem são os *atores funcionais*, ou seja, atores que afetam as dinâmicas de um dado setor (Buzan *et al*: 1998: 36).

elementos do fenômeno bélico não se dissociam, afinal é a política que determinará o que se quer obter por meio de força. Ainda que a política possa usar de força, a força não é a única dentre as diversas opções no processo de tomada de decisões desta esfera³⁰.

Ambas as vertentes, tradicionalista e não-tradicionalista, concordam que a política é a esfera principal na questão de segurança. Brodie (1949) afirma que segurança é um valor derivativo que garante a sobrevivência de outros valores. Ou seja, dependendo da proporção e magnitude da ameaça, a segurança pode ter primazia sobre os demais. Isso significa que a segurança pode ser a preocupação política primordial.

Bull (1968) amplia a noção da função da estratégia afirmando que ela é instrumento da política no caso de guerra, mas também incorporaria outros elementos como, por exemplo, deterrência, manipulação do risco compartilhado e chantagem³¹. Estes elementos ou temáticas são objetos comuns na esfera da política, especialmente da política internacional.

Betts (1997; 2000), por sua vez, propõe a matriz disciplinar que coloca os Estudos Estratégicos e a Ciência Militar como esferas subordinadas à Política, e ainda, postula que é a política que determina o que está em jogo. Discute também a consequências dos compromissos políticos para a formulação da estratégia.

Baylis (2001), ao tratar da concepção contemporânea de estratégia que é "a aplicação do poder militar para alcançar os objetivos políticos" (2001:02) ou ainda "a teoria e a prática do uso e ameaça de uso de força organizada para propósitos políticos" (*idem*), coloca a mesma como subordinada à política. Afirma ainda, referindo-se à Betts, que política e estratégia são indissociadas.

Buzan, Waeber e Wilde (1998), ainda que proponham uma ampliação das temáticas de segurança, com a incorporação de setores tais como o societal, o econômico e o ambiental, não abandonam os

³⁰ Clausewitz, um teórico da guerra, não buscou definir todas as formas possíveis de se fazer política mas só aquelas cuja questão central é o uso ou potencial uso de força.

³¹ Schelling é o maior expoente das discussões acerca dos processos políticos da compelência e da deterrência, da manipulação do risco compartilhado e da chantagem. Ver "Strategy of Conflict" de 1960 e "Arms and Influence" de 1966.

setores clássicos de segurança: o político e o militar. Também, suas proposições giram em torno do processo, inerentemente político, da securitização e da elevação do *status* de determinados temas da agenda política.

Enfim, pode-se concluir que a política é a esfera principal das questões de segurança, tanto para tradicionalista quanto para não-traditionalistas. Isso nos leva à consideração que segurança é parte da política e está a ela subordinada.

Segurança não pode ser entendida como algo distinto da política como apontam Buzan, Waeber e Wilde (1998) e Betts (2000). O que é preciso ter em mente é que há limites entre as noções de segurança no âmbito doméstico e no âmbito da segurança internacional pois muitas das vezes as áreas de segurança não podem ser demarcadas pelas fronteiras nacionais e isso influencia no cálculo estratégico.

Outra questão importante derivada das discussões anteriores diz respeito à relação entre força e segurança. A concepção da temática segurança é entendida como plano que qualifica uma determinada situação política em sofrendo uma ameaça à existência. Portanto, tendo em vista que o potencial uso da força é a dimensão mais óbvia desse tipo de ameaça, é coerente o posicionamento da questão da força como central à temática segurança.

Em relação aos papéis específicos exercidos pelos atores na esfera de segurança pode-se propor que a função do tomador de decisões políticos é a escolha entre as alternativas de curso de ação que incorporam ou não as possibilidades de uso de força. Ao estrategista cabe propor, dados os desígnios da esfera política, alternativas de cursos de ação em que a força é considerada mediante, obviamente, a disponibilidade dos meios de força existentes. Aos militares cabe executar os planos de ação propostos pelos estrategistas em conformidade com os propósitos da política.

Os textos que debatem a evolução dos Estudos estratégicos como campo científico auxiliam na percepção de que é o tomador de decisão político aquele que determinará se os cursos de ação tomados serão pautados ou não na força. Deste modo, ao decisor político cabe saber e determinar se o uso de força é a melhor das alternativas ao se defrontar com um problema de ordem política.

Na medida em que ele toma sua decisão surgem dois outros atores importantes para o processo, e que interagem com ele, o estrategista e o militar.

A competência do tomador de decisões, porém, tem uma consequência imediata. A moralidade que incide em um determinado curso de ação é responsabilidade primordial desta esfera, ou seja, dada todas as alternativas de ação pelo estrategista cabe ao tomador de decisão político optar por uma ou mais de uma delas.

O tomador de decisões político, todavia, pode ser auxiliado ainda pelo analista de política internacional, cuja função seria identificar as principais configurações do sistema internacional e as consequências desta configuração para a esfera política. O analista de segurança nada mais é, então, que um analista de política internacional cujo estudo foca nas configurações de poder do sistema internacional. Segurança Internacional é parte integrante e não autônoma da política internacional e não substitui o campo dos estudos estratégicos como veremos a seguir.

Brodie (1949) contribui para o entendimento de que os Estudos Estratégicos são um campo científico, dotado de metodologias e teorias próprias, e de domínio civil. Bull (1968), em consonância com grande parte das idéias de Brodie (1949), postulou a estreita relação dos Estudos Estratégicos com o campo da Política, especialmente a Política Internacional. Bull (1968) ainda auxiliou na demonstração de que o papel dos estrategistas, longe de ser imoral, é somente de auxiliar o tomador de decisão político na questão das alternativas políticas que envolvem as considerações acerca do uso de força.

Tanto Betts (1997 e 2000) quanto Baylis (2001) escrevem no período posterior à Guerra Fria e, portanto, discutem fundamentalmente como os Estudos Estratégicos se inserem neste período. Ambos apontam também novos temas e debates na seara deste campo de estudo.

Como aponta Clausewitz (1993), no fenômeno bélico não basta querer usar de força para se atingir determinado objetivo político, é preciso que se tenha meios de força para tal. A disponibilidade dos meios de força para o propósito da luta é atribuição da dimensão tática, enquanto o uso dos combates para se atingir o propósito político da guerra é atribuição da dimensão estratégica. A teoria

de Clausewitz gira em torno da questão das interações destas três dimensões e tem a força como elemento central. É por esta questão que a alegação quanto a uma “obsessão” por parte dos estrategistas em relação ao foco nas considerações acerca da força é despropositada. De fato, o papel dos Estudos Estratégicos é justamente associar os desígnios da política com as questões táticas do emprego dos meios de força. Esta é a questão primordial derivada da lógica clausewitziana. A escolha pelo uso de força é uma dentre as várias disponíveis para o tomador de decisão político, todavia, quanto esta escolha é feita, não se pode entender o fenômeno sem entender a interação entre as dimensões política, tática e estratégica.

A não incorporação e até mesmo despreocupação com os aspectos militares (táticos, se partimos da matriz disciplinar de Betts) para o entendimento do fenômeno bélico faz com que a análise esteja limitada à dimensão política somente, até porque sem a dimensão tática não há como a dimensão estratégica existir. Brodie (1949), Bull (1968) e Betts (1997 e 2000) auxiliam na percepção de que o papel dos militares é o de executores da força, ela mesma em função dos desígnios dos tomadores de decisão políticos, auxiliados pelas considerações dos estrategistas civis. Por isso, aos militares cabe somente a execução dos planos estratégicos, ou em Clausewitz (1993), ao uso de força para o propósito dos enfrentamentos.

A crítica que pode ser feita aos denominados estudos de segurança é que estes vêm deixando de lado em suas análises as considerações dos meios de força e focam somente no processo de *securitização* de determinado assunto. Ou seja, se não existe em suas análises preocupações com o emprego da força em si, e nem se busca compreender como ela é empregada, a discussão de segurança não é nada mais que uma discussão sobre políticas e por isso não necessitaria haver um campo distinto ao da política. Ainda que o processo de *securitização* seja importante, não há como deixar de se analisar como a força se inserirá no processo. E mais, quais são os desdobramentos possíveis no uso de força dada a escolha política pelo seu emprego.

A questão do uso de força é, portanto, *core* na concepção de segurança. O fenômeno bélico, por conseguinte, é a preocupação primordial de segurança. Também foi a preocupação central para os estudiosos de Relações Internacionais desde a formação desta disciplina nas décadas de 1910s e

1920s³². Neste sentido a teoria clausewitziana continua tendo emprego quando se pretende entender as dinâmicas políticas em que a questão da força, uso ou potencial uso, é o cerne.

Como exposto anteriormente, o revigorar intelectual das academias militares e a despreocupação com os aspectos militares nas análises e teorizações dos civis, sejam estes estrategistas ou os chamados analistas de segurança internacional, pode significar a reincorporação do campo disciplinar da estratégia no âmbito dos estudos dos militares. Desta forma, ao não considerar o objeto força para fins políticos, os denominados Estudos de Segurança padecem do problema de que sua função não é distinta da do analista de política internacional cujo foco de estudo é a questão de segurança. Ou seja, qualquer campo de estudos que ignora os aspectos da força ao tratar de segurança se mostra vazio em capacidade analítica e, por isso, acaba não sendo nada mais que discussões de política internacional e, desta forma, ou deveria desaparecer ou ser incorporado integralmente neste campo [melhor colocar o campo]. Portanto, e como exposto na seção 2, ao não compreender as dinâmicas militares e incorporar isso em suas análises não haveria nada que os estrategistas ou os teóricos de segurança poderiam fazer que um analista de política internacional não poderia. Sem entender os meios disponíveis e como eles são empregados, a análise se torna mera especulação entre alternativas muitas das vezes inviáveis.

5. Bibliografia

BAYLIS, John (2001). **The Continuing Relevance of Strategic Studies in the Post-Cold War Era.** *Defence Studies*, Vol.1, No.2 (spring 2001), pp 1-14

BAYLIS, John et al. (2002). **Strategy in the Contemporary World.** Oxford e New York, Oxford University Press.

BETTS, Richard K. (1997). **Should Strategic Studies Survive?** *World Politics*, 50.1 (1997) 7-33

BETTS, Richard K. (2000). **Is Strategy an Illusion?** *International Security*, 25 no. 2 (Autumn, 2000) 5-50

BRODIE, Bernard (1949). **Strategy as a Science.** *World Politics*, volume 1, issue 4 (jul., 1949), pp 467-488

³² Ver Terriff *et al* (1999) “Security Studies Today”, especialmente o capítulo 1 “International Relations and Security Studies” onde os autores discorrem sobre a evolução do campo das Relações Internacionais e a relação com as preocupações acerca da segurança.

BULL, Hedley (1968). **Strategic Studies and Its Critics**. *World Politics*, Volume 20, Issue 4 (Jul., 1968), pp 593-605

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole & WILDE, Jaap de (1998). **Security: A New Framework for Analysis**. London, Lynne Rienner Publishers.

CHIPMAN, John (1992). **The Future of Strategic Studies, Beyond even grand Strategy**. Round Table, apr92 Issue 322, 20p

CLAUSEWITZ, Carl Von (1993). **On War**. Peter Paret e Michael Howard (trads.). London e New York, Everyman.

DUNNIGAN, James F. (2003). **How to Make War**. New York, HarperCollins Publishers. Cap. 20

LAKATOS, Imre (1978). **The Methodology of Scientific Research Programmes: Philosophical Papers**. (edited by John Worrall and Gregory Currie) Cambridge University Press

PROENÇA JR, Domício; DINIZ, Eugenio & RAZA, Salvador Gelphi (1999). **Guia de Estudos de Estratégia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed.

PROENÇA JR, Domício & DINIZ, Eugenio (2006). **O Fenômeno Guerra**. Rio de Janeiro, Mimeografado.

SHELLING, Thomas C. (1960). **Strategy of Conflict**. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.

SHELLING, Thomas C. (1966). **Arms and Influence**. Fredericksburg, Virginia, BookCrafters.

TERRIFF, Terry; CROFT, Stuart; JAMES, Lucy & MORGAN, Patrick M. (1999). **Security Studies Today**. United States, Polity Press.

ⁱ “We argue against the view that the core of security studies is war and force and that other issues are relevant only if they relate to war and force”